



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COMISSÃO DE CERIMONIAL

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1342 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais a serem promovidos por este Tribunal, por um período de 24 meses a contar da data de assinatura ([1062327](#)).

Para instruir os autos, carreu-se os documentos relativos à fase preparatório da contratação: Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1062328](#)); o Estudo Técnico Preliminar ([1062346](#)), a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da licitação ([1072543](#)), informação relativa a composição da equipe de gestão e fiscalização do contrato ([1078173](#)), mapa de gestão de riscos ([1078183](#)) e a versão final do termo de referência contendo detalhada identificação do objeto, justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato ([1080356](#)).

A contratação foi estimada no valor de **R\$ 323.024,50** (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos), nos termos do item 9.1 do TR ([1080356](#)).

Após autorização de ajuste no planejamento orçamentário de 2023 ([1080948](#)), o Coordenador da COFC registrou que a despesa está prevista no planejamento orçamentário do exercício ([1081055](#)); assim, realizou a programação orçamentária relativa ao exercício de 2023 no valor de R\$ 26.918,71 (vinte e seis mil novecentos e dezoito reais e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

setenta e um centavos) ([1081095](#)). Por outro lado, considerando, também, se tratar de contratação com previsão de execução orçamentária no exercício vindouro, registrou não ser possível efetuar a programação e consequente reserva orçamentária neste exercício financeiro dos valores a serem executados em 2024, ressaltando que a proposta orçamentária deste TRE-RO para o exercício 2024 tramita no processo n. [0003707-45.2022.6.22.8000](#), com previsão do montante identificado, destinado a despesas com o objeto dessa contratação ([1081052](#)).

Após as diligências cabíveis ([0913241](#)), a SAC concluiu que o TR juntado ao evento n. [1080356](#) encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso XLI, da Lei 14.133/2021, podendo a contratação de seu objeto ser processada por licitação, na modalidade **pregão eletrônico, do tipo menor preço por grupo (lote)** ([1080383](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela adequação dos documentos componentes da fase de planejamento ao regime da Lei 14.133/2021 e IN TRE-RO n. 4/2023, com consequente possibilidade de aprovação do TR juntado ao evento n. [1080356](#); pela possibilidade da contratação pretendida, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica sem inversão de fases, com critério de julgamento pelo menor preço por lote, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da NLLC; pela possibilidade de adoção do modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) entre os lances, conforme indicado pela unidade demandante no item 8.3 do TR; pela aplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's apenas para o lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental registrados no item 4.1 do TR ([1080356](#)); e pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação ([1081644](#)).

Por sua vez, a SAOFC, nos termos da manifestação n. 481/2023 ([1081857](#)) e diante da necessidade da contratação para atender a demanda deste Tribunal, pronunciou-se, em síntese, nos termos do parecer exarado por sua unidade jurídica, aprovando todos os documentos que compõem a fase de planejamento da contratação, autorizando a deflagração do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico com o critério de julgamento menor preço por lote, pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's ao lote 01, sendo possível sua aplicação ao lote 02; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade, consoante item 4 do TR; pela restrição na divulgação dos preços estimados para a contratação.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Assim, vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, registra-se que o pedido de contratação sob análise foi elaborado com base nas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, regulamentado no âmbito deste Tribunal nos termos da Instrução Normativa TRE-RO n. 4, de 28/03/2023 ([0993116](#)).

Dos autos se extrai a **justificativa da contratação** pleiteada, em decorrência do encerramento do atual contrato vigente em 02/12/2023 (Contrato Administrativo nº 33/2022 [0948668](#)) e da necessidade de garantir o fornecimento de itens de alimentação e locação de mobiliário necessários ao atendimento dos eventos institucionais a serem promovidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, que estão direta e concretamente vinculados aos objetivos institucionais deste Tribunal, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade, nos termos registrados no item 2 do TR de evento n. [1080356](#).

Analisando os autos, verifica-se a **regularidade dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação**, quais sejam: Documento de Formalização da Demanda ([1062328](#)); Estudo Técnico Preliminar ([1062346](#)), Mapa de Gestão de Riscos ([1078183](#)), Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([1072543](#)) e a versão final do Termo de Referência ([1080356](#)), uma vez que estão de acordo com o disposto no [art. 18 da Lei n. 14.133/2021](#) e com as regras contidas no Capítulo II da [Instrução Normativa TRE-RO n. 4/2023](#).

Em razão do valor estimado da contratação extrapolar a situação de dispensa legal e, por se tratar de aquisição de bens e serviços definidos como comuns pela unidade demandante (subitem 1 e 1.3 do TR - [1080356](#)) e, considerando os aspectos econômicos para esta Administração, tem-se como prioritária a **adoção da modalidade Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao inciso XLI do artigo 6º c/c com o art. 29, ambos da Lei 14.133/21.

O edital deve estabelecer o **critério de julgamento** pelo menor preço por lote em consonância com o prescrito pelo inciso I do art. 33 da Lei 14.133/2021 c/c com o inciso XLI do art. 6º do mesmo dispositivo legal, com a adoção do modo de disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio ponto percentual) entre os lances, com abrigo no art. 56, I, da NLLLC e art. 22. § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022, já sistematizado, aliás, no item 6.2 da minuta do edital ([1080927](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Sobre o **valor estimado da contratação** que se pretende efetivar, as regras da estimativa estão disciplinadas no documento denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO - ICVEC**. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo no evento n. [1072543](#) e demonstra que o preço de R\$ 323.024,50 (trezentos e vinte e três mil vinte e quatro reais e cinquenta centavos) foi estimado pela pesquisa direta com fornecedores, como também pelo valor atualmente contratado pelo TRE-RO (atualizado até a data da estimativa pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA divulgado pelo IBGE), registrando, ainda, alguns aspectos considerados na pesquisa direta e as dificuldades de obtenção de referenciais no banco de preços, de modo que elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021 e nos termos das regras da IN TRE-RO n. 4/2023.

No que diz respeito a questão da **restrição da divulgação do preço estimado**, dos autos se extrai que a demandante justificou a medida para evitar o efeito âncora com preços propostos semelhantes aos valores de referência da Administração e, como bem anotada pelo AJSAOFC, o procedimento está amparado pelo art. 24 da NLLLC e art. 12 da IN SEGES/ME nº 73/2022, que prevê ainda que o caráter sigiloso ocorrerá sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, sendo que o orçamento estimado da contratação não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das propostas e também sem prejuízo da negociação prevista no § 1º do art. 30 da referida IN.

Quanto à **sustentabilidade ambiental**, a unidade demandante registrou no item 4.1 do TR- [1080356](#) a obrigatoriedade de observância pela contratada das disposições trazidas pela Resolução RDC ANVISA 216, de 2004, alterada pela RDC 52/2014, bem como legislação e/ou normas de órgãos de vigilância sanitária estaduais e municipais, e demais instrumentos normativos aplicáveis, exigindo-se, ainda, como condição de habilitação a apresentação de licença ambiental e alvarás sanitários do local onde são produzidos os alimentos e do veículo utilizado para o transporte dos mesmos.

No tocante à **participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**, de acordo com os valores do ICVEC ([1072543](#)), o regime de exclusividade somente será aplicado ao futuro certame para o Lote 2, com valor estimado de **R\$ 27.346,00** (vinte e sete mil trezentos e quarenta e seis reais) em cumprimento ao art. 48, I, da LC 123/2006 e art. 6º



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do Decreto Federal nº 8.538/2015 ao passo que, considerando o valor estimado do lote 1 em **R\$ 295.678,50** (duzentos e noventa e cinco mil seiscentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos), a este será prevista a ampla concorrência.

Com relação a **Termo de Referência** juntado ao evento n. [1080356](#), de sua leitura verifica-se ter elaborada no padrão trazido pelo anexo V da IN TRE-RO n. 04/2023, contendo as informações mínimas exigidas para sua formalização com a detalhada identificação do objeto cujos itens foram agrupados em dois lotes distintos (alimentos e locação de mobiliário), justificativa, planejamento estratégico, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato que terá vigência de 24 meses a contar da data de sua assinatura, podendo, a critério da administração, ser prorrogado por até 60 meses, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133, de 2021.

Sendo assim, analisados os pontos retrocitados, a nova versão do Termo de Referência juntada ao evento n. [1080356](#), se mostra adequado ao regime da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, estando apto a produzir todos os efeitos jurídicos, podendo compor a minuta do novo Edital do Pregão a ser divulgado no referido anexo que o compõe.

Quanto ao **agrupamento dos itens em lotes ou grupos**, tal procedimento foi justificado pela unidade demandante no subitem 2.4 do TR ([1080356](#)) tendo em vista fortalecer a eficácia e eficiência do processo de contratação, reduzindo a burocracia e facilitando a comunicação com no máximo dois fornecedores, resultando em maior agilidade na seleção e contratação dos serviços, otimizando o tempo e os recursos disponíveis.

Registra-se, ainda, nos termos anotados na letra "f" do item VIII do parecer jurídica da AJSAOF ([1081644](#)), há a possibilidade de **participação de pessoas físicas** no certame licitatório desde comprove os requisitos de participação e habilitação exigidos no edital do certame, bem assim, não há óbice a **participação de cooperativas e consórcios** na forma do descrita no item 4.9 da minuta de edital ([1080927](#)) trazida ao processo, tão pouco as condições de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista estipuladas justificadamente pela comissão de Cerimonial.

Registra-se que na **minuta do instrumento contratual** juntada ao evento n. [1080385](#), conforme anotado no item 29 do parecer da AJSAOFC ([1081644](#)), sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei n. 14.133/2021, atendendo aos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, encontrando-se aprovadas pela referida unidade jurídica deste Tribunal.

Além disso, a **minuta do futuro edital de licitação** já foi objeto de análise da unidade jurídica deste Tribunal, que atestou que sob o aspecto formal o instrumento e seus anexos encontram-se em conformidade com as regras da Lei nº 14.133/2021, Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Federal nº 8.538/2015 - além das regras do termo de referência - atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, estando apto para divulgação do certame competitivo, na forma do § 3º do art. 53 c/c art. 54 da NLLC.

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 - Aprovo o ETP ([1062346](#)) e o Termo de Referência nº 6/2023 - Cerimonial ([1080356](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no art. 6º, XX e XXIII, §1º do art. 40, todos da Lei 14.133/2021, bem como demais elementos constitutivos da etapa de planejamento;

2 - Aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [1072543](#), em cumprimento ao [item 40 do Anexo da Portaria 57/2023/CNJ](#), [item 40 do Anexo II da Resolução 215/2015/CNJ](#) e ao [Acórdão TCU 2622/2015 - Plenário](#);

3 – Autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua **forma eletrônica**, do tipo menor preço por lote, na forma do arts. 6º, XLI c/c 17, § 2º c/c 29, todos da Lei 14.133/21;

4 - Determino a utilização da disputa por lances abertos, com intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) entre os lances, na forma do art. 56. I, da NLLC e art. 22. § 1º da IN SEGES/ME nº 73/2022;

5 – Determino a aplicação do regime de exclusividade às ME/EPP's somente para o LOTE 2 da contratação, na forma prevista pelo art. 48, inciso I, da LC n. 123/2016, ao passo que, considerando o valor estimado do lote 1 a este deve ser aplicada a ampla concorrência.

6– Determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, consoante registrado no item 4.1 do TR; e

7 – Determino a restrição na divulgação dos valores estimados para a contratação, disponibilizando-os apenas após a fase de lances, nos termos do [art. 24 do Lei n. 14.133/2021](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

À SAOFC para continuidade do feito, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO PARENTES DA COSTA FILHO, Diretor(a) Geral - Em Substituição**, em 09/11/2023, às 16:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1082559** e o código CRC **564BD77A**.

0001795-76.2023.6.22.8000

1082559v50



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0001795-76.2023.6.22.8000

INTERESSADO: CERIMONIAL

ASSUNTO: Homologação do Pregão Eletrônico n. 18/2023 - Contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas de eventos institucionais.

DESPACHO Nº 1495 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Comissão de Cerimonial do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, objetivando a contratação de empresa especializada no fornecimento de alimentação e locação de mobiliário para atender demandas oriundas de eventos institucionais, consoante Termo de Abertura ([1062327](#)) e Documento de Oficialização de Demanda ([1026770](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Depois de realizado o Pregão Eletrônico nº 18/2023 ([1085231](#)), vieram os autos a esta Diretoria-Geral, para análise final do processo licitatório, com vistas a sua homologação.

Não houve pedido de esclarecimento ou impugnação ao edital.

O Pregoeiro juntou aos autos: extrato de propostas para o Lote 1 ([1095557](#)), extrato de propostas para o Lote 2 ([1095558](#)) e termo de julgamento ([1095533](#)). Por fim juntou o Relatório nº 63/2023 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([1095561](#)), expondo as principais ocorrências do certame. Em seguida, encaminhou os autos à Assessoria Jurídica da SAOFC para análise ([1095675](#)).

Mediante o Parecer Jurídico n. 292/2023 ([1095945](#)), a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou, em síntese, pela adjudicação do objeto pela autoridade superior em favor da licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, detentora da melhor proposta oferecida aos lotes 1 e 2 do certame; e pela homologação do certame, nos exatos contornos do Termos de Julgamento ([1095533](#)), com fundamento no art. 71, IV, da Lei nº 14.133/2021.

No dia e horário agendados, o Pregoeiro iniciou a operação da Sessão Pública deste Pregão Eletrônico. Cumpridas as fases de julgamento de propostas e habilitação, o Pregoeiro declarou habilitada a licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, em razão de atender os requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([1094605](#), [1094608](#), [1094609](#), [1094611](#), [1094617](#), [1094618](#), [1094620](#) e [1095343](#)), de acordo com a manifestação da unidade demandante ([1095003](#)).

Não houve registro de intenção de recurso.

Analizados os documentos que compõem os autos e os fundamentos contidos na conclusão do parecer supracitado, constata-se que foram obedecidos os princípios e procedimentos da Lei nº 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO nº 4/2023, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório.

Observa-se que o procedimento transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados no extrato de propostas para o Lote 1 ([1095557](#)), extrato de propostas para o Lote 2 ([1095558](#)), termo de julgamento ([1095533](#)) e Relatório nº 63/2023-ASLIC ([1095561](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria TRE-RO n. 66/2018:

a) **ADJUDICO** o objeto à licitante F F AZZI PARANHOS COMERCIAL LTDA - CNPJ n. 02.134.947/0001-10, já que demonstrou condições para contratação com o setor público e é detentora da melhor proposta; e

b) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO N. 18/2023**, com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021, nos exatos contornos do Termo de Julgamento ([1095533](#)).

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Compras.gov.br, à ASLIC para juntada do extrato de sua homologação e publicação do resultado do pregão eletrônico nos sítios eletrônicos oficiais e anexar o comprovante aos autos.

Por fim, devolvam-se os autos à Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 11/12/2023, às 15:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1096707** e o código CRC **95716A8B**.